



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 1 de 56

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025.

Processo nº. 12/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ESTERILIZAÇÃO DE PEÇAS CIRÚRGICAS.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2025.

UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA DE SAÚDE.

REQUISIÇÃO Nº. 2214/2024.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

DURAÇÃO DA DISPUTA: 10 minutos que serão prorrogados automaticamente quando existir pelo menos um lance nos dois últimos minutos da etapa.

MENÇÃO: Regida pela Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006 e pelo Decreto Municipal 4.761/2024 e demais normas pertinentes.

IMPORTANTE:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS A PARTIR DO DIA: 04/02/2025, às 14h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 20/02/2025, às 08h30min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 20/02/2025, às 09h30min.

De ordem da Secretária de Saúde, Adriana Cristina Welsch Ferraz, no uso de sua competência delegada pelo Prefeito, nos termos da portaria 104/2024, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *INTERNET*, torna público que se acha aberta nesta prefeitura, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ESTERILIZAÇÃO DE PEÇAS CIRÚRGICAS.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 4.761/2024, de 29 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações e demais normas pertinentes.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, através do **Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias**.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço <https://novobbmnet.com.br>.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 2 de 56

2 – DO OBJETO

2.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ESTERILIZAÇÃO DE PEÇAS CIRURGICAS**, conforme termo de referência, que integra como Anexo I deste edital.

2.2. A licitação será realizada em único item.

3 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras@novaodessa.sp.gov.br; anseiche@novaodessa.sp.gov.br ou diretamente na plataforma da BBMNET.

3.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.3.1.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4 - REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma BBMNET, Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.6. Não poderão disputar desta licitação:

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 3 de 56

5.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O impedimento de que trata o item 5.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.6.2 e 5.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10. O disposto nos itens 5.6.2 e 5.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.12. A vedação de que trata o item 5.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 4 de 56

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

6.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor mensal e total do serviço.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 5 de 56

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

8 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor mensal do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

8.9. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto**.

8.10. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 6 de 56

8.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.10.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários

8.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.17. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.18.2.2. empresas brasileiras;

8.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 7 de 56

8.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

9.1.3. Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6.5 deste edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. contiver vícios insanáveis;

9.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 8 de 56

- 9.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 9.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.8.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 9.9.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.10.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 9.11.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Para os devidos fins será exigido do licitante vencedor os seguintes documentos:

10.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

10.2.2. Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando aplicável;

10.2.3. Licença e/ou Autorização de Funcionamento da empresa licitante expedido pela Vigilância Sanitária de seu Município de procedência.

10.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.3.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

10.3.4. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e/ou Municipal da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

10.3.5. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

10.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

10.5.1. Atestado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Técnica Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, o qual se comprove a execução de serviços similares.

10.6 – DECLARAÇÃO CONJUNTA

10.6.1. Declaração conjunta subscrita por representante legal do licitante, elaborada em papel timbrado conforme modelo mostrado no **Anexo IV** deste Edital, atestando que:

a) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital de licitação;

b) A empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 9 de 56

e) **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** está ciente de que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

f) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento da Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

11 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos previstos no item 10, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET **em prazo não superior a 3 (três) horas**, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

11.5.1. Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.

11.6. Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

11.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.5.

11.9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

11.10.1. Havendo alguma **restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte**, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação da **homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, **para a regularização da documentação** com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 10 de 56

11.10.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 11.10.1 **implicará na decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

12 – DA CONTRATAÇÃO

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante VENCEDOR terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo contratual, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. O termo contratual será assinado por meio de assinatura digital, ressalvados os casos que for tecnicamente inviável.

12.4. Na hipótese de o convocado não assinar o termo contratual no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13 - DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema da BBMnet.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados junto a Diretoria de Suprimentos e Licitações da Prefeitura de Nova Odessa, situado a Avenida João Pessoa, 777, Centro, no Município de Nova Odessa/SP, no horário das 08h:00min. às 17h:00min.

14 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.2. A multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será calculada na seguinte forma:



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 11 de 56

- a) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias corridos;
- b) Superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º, a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à da alínea “a”;
- c) Após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no § 1º, cumulativamente a este.

§ 1º Decorridos 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso, a Administração Pública poderá aplicar multa na seguinte forma:

- a) Multa correspondente a até 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

14.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com esta Prefeitura, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

14.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação nos termos do art. 157 da Lei 14.133/2021.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15 – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

15.1. O setor de contabilidade procedera com a liquidação da despesa em prazo não superior a 10 (dez dias) úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração.

15.2. O pagamento será efetuado pela tesouraria em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa.

15.3. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

15.3.1. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente nesta prefeitura.

15.4. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para o responsável pelo acompanhamento e recebimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

15.4.1. Caso a CONTRATADA não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para liquidação será recontado, a partir da data da sua apresentação.

15.5. Conforme o protocolo ICMS 42/09, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes (Exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

15.6. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 12 de 56

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. O manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível aos interessados no portal www.novobbmnet.com.br.

16.10. Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da referida plataforma, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no portal www.novobbmnet.com.br.

16.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.novaodessa.sp.gov.br (portal da transparência – licitações).

17 – DOS ANEXOS

17.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.1.1. ANEXO I - Termo de Referência;

17.1.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;

17.1.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial;

17.1.4. ANEXO IV – Declaração Conjunta;

17.1.5. ANEXO V – Dados do Representante Legal que assinará o ajuste;

17.1.6. ANEXO VI - Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e Extrajudicial;

17.1.7. ANEXO VII – Minuta do Termo Contratual;

17.1.8. ANEXO VIII – Termo de Ciência e de Notificação.

Nova Odessa, 03 de fevereiro de 2025.

Adriana Cristina Welsh Ferraz
Secretária de Saúde



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 13 de 56

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Técnicos de Esterilização, Reesterilização e Processamento de Produtos para Saúde.

JUSTIFICATIVA

Os serviços de esterilização, com limpeza, desinfecção, preparo, esterilização, armazenamento e distribuição dos materiais, deverão observar as técnicas de assepsia indicadas para cada material, assegurado os níveis aceitáveis de esterilização indicados pela Organização Mundial de Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E REQUISITOS TÉCNICOS

A esterilização DE MATERIAIS TERMORRESISTENTES deverá ser realizada por VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO E A ESTERILIZAÇÃO DOS MATERIAIS TERMOSENSÍVEIS POR VBTF (VAPOR A BAIXA TEMPERATURA E FORMALDEÍDO (RDC N 91 DE 2008 E NBR ISSO 15 659 DE 2009), óxido de etileno, (RDC – ANVISA Nº 91 de 2008 e NBR 15.659 de 2009) e conforme indicação do material de acordo com as regras da Vigilância.

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados somente mediante encaminhamento de Ordem de Serviço, em que deve estar descrito os objetos contratados com as respectivas quantidades, as quais deverão ser rigorosamente observadas.

GESTÃO DO CONTRATO

Considera-se gestão de contratos, o serviço geral administrativo realizado desde a formalização até o término do contrato, por qualquer das hipóteses previstas em lei e no contrato.

A competência para exercer a gestão do contrato será sempre da secretaria à qual se vincule o setor requisitante do objeto, exceto no caso específico do objeto envolver obras e serviços de engenharia, quando será sempre da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

Compete ao Secretário ao qual se vincule o setor requisitante ou ao secretário municipal de Obras e Urbanismo a indicação formal do gestor do contrato.

No caso de haver pluralidade de setores requisitantes, e que não sejam vinculados a uma mesma secretaria, caberá à autoridade a indicação do gestor do contrato.

O gestor do contrato, preferencialmente, será escolhido dentre os servidores comissionados.

O gestor do contrato será a servidora Rosana Castro dos Santos de Melo.

O Ordenador de Despesas será sempre o Secretário Municipal ao qual se vincule o setor requisitante do objeto, nos termos do Decreto Municipal nº 4.487, de 23 de novembro de 2021.

Constituem atividades a serem exercidas pela unidade administrativa responsável pela gestão de contratos, e pelo gestor de contratos designado formalmente em cada um dos contratos:



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 14 de 56

I - acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual;

II - ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, bem como de seu cronograma físico-financeiro, bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;

III - fazer constar do processo administrativo correspondente às informações e os documentos necessários à formalização do contrato, inclusive quando o seu instrumento for substituído;

IV - executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente para, ao final, promover a publicidade desses atos;

V - expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços;

VI - encaminhar cópia do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização;

VII - verificar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação necessária à formalização do contrato, bem como mantê-la atualizada, nos termos da lei e do contrato;

VIII - atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;

IX - manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;

X - manter o controle do prazo de vigência e da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso;

XI - dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante do serviço e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;

XII - verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato e nas normas da Secretaria Municipal de Finanças que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;

XIII - verificada a existência de qualquer infração contratual, constatada pelo gestor ou unidade gestora, ou apontada pelo fiscal, relatar os fatos e iniciar o procedimento de proposta de aplicação de penalidade, nos termos previstos no instrumento contratual, bem como informar, com a devida justificativa técnica, às autoridades responsáveis, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente;

XIV - apurar situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, ao tomar conhecimento dela por qualquer meio, independentemente de ação judicial, e adotar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as providências previstas em lei e no contrato;

XV - executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, atualizando-as sempre que necessário;

XVI - repassar as informações sobre vigência e necessidade de prorrogação do ajuste para a área responsável pelo Plano de Contratações Anual - PCA;

XVII - exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 15 de 56

Os responsáveis pela unidade administrativa a que se atribuir a gestão de contratos, assim como o gestor de contratos designado formalmente no ajuste, poderão solicitar manifestação técnica dos órgãos de assessoramento jurídico, do controle interno ou de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

DA FISCALIZAÇÃO

Considera-se fiscalização de contratos, a atribuição de verificação da conformidade dos serviços e obras executados e dos materiais entregues com o objeto contratado, de forma a assegurar o exato cumprimento do contrato, devendo ser exercida por representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.

O fiscal do contrato será a servidora Marcela Pereira Geraldino.

Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com atribuição de fiscal de contrato:

I - acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando à unidade responsável pela gestão de contratos, e ao gestor contratual designado, aquelas que podem resultar na execução dos serviços e obras ou na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados;

II - recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e das normas da Secretaria Municipal de Finanças que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, conferi-los e encaminhá-los à unidade responsável pela gestão de contratos, e ao gestor contratual designado;

III - verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la à unidade responsável pela gestão de contratos, e ao gestor contratual designado;

IV - manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;

V - consultar a unidade demandante dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;

VI - propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;

VII - exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

11.16 Compete ainda ao fiscal do contrato o recebimento provisório do objeto contratado, nos termos do art. 140 da Lei 14.133, de 2021, observando o seguinte:

I - tratando-se de compras, o recebimento provisório será feito de forma sumária, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

II - tratando-se de obras e serviços, o recebimento provisório será feito mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 16 de 56

Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o recebimento provisório será respaldado pelo correspondente mapa de medição, sob a responsabilidade da Secretaria de Obras e Urbanismo.

O fiscal de contrato e o seu substituto serão indicados formalmente pela chefia da unidade demandante dos serviços, obras ou materiais objeto do contrato e designados por meio de despacho da autoridade competente, devendo ser escolhido com a obediência aos requisitos do artigo 7º da Lei 14.133, de 2021, e:

I - possuir conhecimentos específicos do objeto a ser fiscalizado, se possível;

II - não estar respondendo a processo administrativo disciplinar;

III - não possuir em seus registros funcionais punições em decorrência da prática de atos lesivos ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo.

IV – preferencialmente, ser servidor efetivo.

O Fiscal poderá solicitar manifestação técnica dos órgãos de assessoramento jurídico, do controle interno ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua atuação.

A fiscalização do contrato poderá ser compartilhada, devendo ser definida, no ato que designar os respectivos fiscais, a parcela do objeto contratual que será atribuída a cada um.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Os materiais para saúde para serem enviados à empresa contratada terão que ser obrigatoriamente cadastrados na base de dados da Unidade Hospitalar, através de preenchimento por parte da empresa de ficha cadastral elaborada na forma do Art. 10 da Resolução RE nº 2.606/2006 da ANVISA, conforme formulário que será disponibilizado pela Empresa contratada.

Os materiais para saúde ao serem enviados para a empresa contratada deverão ser acondicionados para transporte em caixas plásticas contêiner, rígidas, fechadas e devidamente adequados às Normas de Biossegurança, por meio de Carro Transporte tecnicamente preparado para este fim específico. Com área suja para a coleta dos materiais e área limpa para entrada dos materiais esterilizados.

Da retirada de materiais sujos e entrega dos materiais esterilizados a cada 12 horas: Retirar duas vezes ao dia os materiais em todos os dias da semana (Segunda-feira; Terça-feira; Quarta-feira; Quinta-feira; Sexta-feira; Sábado e Domingo) e devolver esterilizado a cada 12 horas na Central de Material do Hospital Municipal de Nova Odessa.

A contratada deverá retirar material todos os dias da semana na Central de Material do Hospital Municipal de Nova Odessa e em outras dependências do Hospital determinado pelo gestor do contrato, e devolver em 12 horas, observar os prazos de coleta e devolução dos materiais, cumprindo os prazos pré-determinados, assim como identificar individualmente todos os materiais e a unidade de saúde de destino e do setor respectivo, fazendo-se grafar na embalagem o nome do material, a data de esterilização, lote e validade da esterilização e responsável pelo processo para cumprimento e eficácia da prestação de serviço.

Garantir a entrega do material na mesma quantidade enviada. Caso aconteça algum imprevisto com o material, enviar notificação de retido.

Utilizar embalagens em papel grau cirúrgico, ou SMS comprovadamente eficaz (mediante laudo técnico do fabricante) quanto à característica de penetração e exaustação DO AGENTE ESTERILIZANTE, E PRESERVAÇÃO DA integridade física DOS MATERIAIS e barreira microbiana. O papel grau cirúrgico deve conter a validade descrita na embalagem, assim como a marca após



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 17 de 56

esterilização.

Proteger os materiais perfuro – cortantes com dupla embalagem e efetuar o seu fechamento por termo – selagem, de modo a assegurar a sua integridade e a do produto nela contido. Nos casos de abertura de selagem ou embalagem violada o material será devolvido para reproprocessamento sem custo adicional. Todos os materiais pesados devem possuir duas embalagens.

Garantir o uso de indicador químico de acordo com ANVISA em todas as embalagens, indicando que o material passou pelo processo de esterilização.

Garantir na prestação de serviço o processo de cultura microbiológica, através de indicadores biológicos em todos os lotes de esterilização, mantendo esses registros à disposição da Contratante.

Emitir laudo de esterilização, junto aos materiais entregues e sempre que solicitado, determinando parâmetros utilizados a cada lote de esterilização, para arquivo e apresentação aos Órgãos de Vigilância Sanitária, quando assim exigidos.

O transporte de materiais esterilizados, deverão ser feitos dentro dos padrões estabelecidos pela vigilância sanitária.

Todos os custos adicionais com frete/transporte/retirada das peças será por conta da contratada.

Após a retirada do material, a contratada fica responsável pelos itens em caso de danos ou perdas.

Quando houver urgência, mediante solicitação do gestor contratual, devem ser retirados sem custo adicional a esta Secretaria.

Quando for constatado, por intermédio da área técnica da empresa contratada, que os materiais pertencentes a Unidade Hospitalar apresentarem condições impeditivas para os processos, isto é, produtos danificados, com ausência de pré-lavagem ou em estado de conservação precária por inúmeras reutilizações, a empresa contratada fará o encaminhamento de comunicação do fato à Unidade Hospitalar e, conseqüentemente, os citados produtos serão devolvidos no mesmo “estado” ou “condição” em que foram coletados.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

1. Requisitos legais e normativos: O contratante deve seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei de Licitações (nº 14.133/2021, que regula as práticas de contratação pública. Isso inclui a publicação do edital de licitação, prazos adequados para apresentação de propostas, transparência nas informações e a garantia de que todos os processos respeitem os princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2. Critérios para a escolha da empresa contratada: O contratante deve estabelecer critérios claros para a seleção da empresa, que podem incluir qualificação técnica, experiência anterior na área de esterilização, capacidade de atender à demanda e adequação da proposta financeira. É importante que o edital detalhe esses critérios para assegurar uma avaliação justa e imparcial.

3. Garantia da qualidade e segurança dos serviços prestados: O contratante tem a responsabilidade de exigir e monitorar a qualidade dos serviços, o que pode incluir a solicitação de certificações e acreditações que a empresa deve possuir, como o cumprimento de normas técnicas específicas para a esterilização de instrumentos cirúrgicos (ex.: normas da ANVISA e ABNT). Além disso, deve



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 18 de 56

implementar mecanismos de fiscalização e auditoria para garantir que os serviços sejam prestados conforme os padrões acordados.

4. Cumprimento das normas de saúde e higiene: É crucial que o contratante certifique-se de que a empresa contratada cumpra rigorosamente todas as normas sanitárias e de higiene exigidas pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades competentes. Isso garante não apenas a qualidade do serviço, mas também a segurança dos pacientes e a integridade das práticas cirúrgicas.

5. Implicações em caso de descumprimento das obrigações contratuais: O contratante deve estar ciente das consequências de um possível descumprimento contratual, que podem incluir desde penalidades, como multas, até a rescisão do contrato. É fundamental ter cláusulas claras no contrato que estipulem estas implicações, assim como o processo a ser seguido para notificação de falhas e o prazo para correção.

DOS QUANTITATIVOS

5.1- Os quantitativos estimados para os serviços objeto deste Termo de Referência, foram baseados em dados fornecidos pela Secretaria de Saúde,

Item	Quantidade Anual	Unidade	Descrição
1	250	Un	Caixa Parto Cesárea
2	200	Un	Caixa Parto Normal
3	300	Un	Caixa Pequenos Fragmentos Nº 3,5
4	200	Un	Caixa Grandes Fragmentos Nº 4,5
5	50	Un	Caixa DHS/DCS
6	250	Un	Caixa Curetagem
7	36	Un	Caixa Revisão de Colo
8	350	Un	Caixa Básica
9	36	Un	Caixa Histerectomia
10	50	Un	Caixa Laparotomia
11	60	Un	Caixa Odontologia
12	60	Un	Caixa Dermatologia
13	50	Un	Caixa Colecistectomia
14	300	Un	Caixa Pequena Cirurgia
15	200	Un	Caixa Vasectomia
16	36	Un	Caixa Postectomia
17	50	Un	Caixa Haste Bloqueada de Fêmur
18	100	Un	Caixa Haste Bloqueada de Tíbia
19	36	Un	Caixa Parafuso Canulado 3,5
20	50	Un	Caixa Parafuso Canulado 4,5



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 19 de 56

21	60	Un	Caixa Parafuso Canulado 7,0
22	200	Un	Caixa Tubo a Tubo Ortopedia
23	24	Un	Caixa de Minimicro Fragmentos
24	200	Un	Caixa Material Pesado Ortopedia
25	300	Un	Perfurador Pneumático
26	36	Un	Serra Pneumática
27	200	UN	Jogo de Vela Hegar
28	5.000	Un	Kit sutura
29	400	Un	Kit Instrumental DIU
30	24	Un	Kit Cateterismo Umbilical
31	350	Un	Kit Cateterismo Vesical
32	36	Un	Kit Artroscopia
33	400	Un	KIT Bandeja Intracath
34	250	Un	Kit Retirada de Pontos
35	250	Un	Kit Venturi (máscara + corrugada)
36	2.000	Un	Kit Inalação Completo
37	100	Un	Serra de Gígle
38	150	Un	Sistema de Drenagem (Tórax, Portovac, Kehr e Penrose)
39	1.000	Un	Circuito Completo de Respirador Adulto
40	120	Un	Circuito Completo de Respirador Infantil
41	1.000	Un	Bandeja Anestesia
42	1.500	Un	Tesoura Cirúrgicas
43	500	Un	Pinça Kelly
44	500	Un	Pinça Dente de Rato
45	300	Un	Pinça Backaus
46	500	Un	Pinça Cherron
47	500	Un	Pinça Anatômica
48	300	Un	Pinça Pozzi
49	350	Un	Pinça de Biópsia
50	120	UN	Pinça Hartman
51	120	Un	Pinça Retirada de Pólipo
52	100	Un	Pinça Debex
53	150	Un	Pinça de Osso



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 20 de 56

54	1.000	Un	Pinças avulsas diversas
55	300	UN	Cabo de Bisturi
56	150	Un	Instrumental Dr Miguel
57	120	Un	Alça ressecção
58	30	Un	Abridor de Boca
59	50	Un	Estribo P, M e G
60	150	Un	Rugina
61	60	Un	Descolador de Osso
62	150	Un	Saca-bocado
63	200	Un	Formão
64	120	Un	Chave ortopedia individual
65	120	Un	Martelo
66	300	Un	Alicate de pressão
67	100	Un	Alicate P
68	150	Un	Alicate M (Bernardinho)
69	100	Un	Alicate G (Bernardão)
70	36	Un	Régua
71	200	Un	Broca
72	250	UN	Chave Ortopedia
73	250	UN	Chave Combinada
74	100	Un	Lima
75	200	Un	Afastador Ortopédico
76	500	Un	Afastadores P -M -G
77	60	Un	Afastador Gosset
78	150	Un	Afastador Doyan P - M
79	120	Un	Agulha de vascular
80	50	Un	Agulheiro
81	1.000	Un	Caneta Cautério
82	500	Un	Caneta Bipolar
83	800	Un	Manopla
84	50	Un	Bico de Aspirador
85	50	Un	Seringa de Vidro
86	50	Un	Frasco de Vácuo de Vidro



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 21 de 56

87	200	Un	Bacia
88	250	Un	Cuba Rim
89	200	Un	Cuba Redonda
90	1.000	Un	Espéculo Vaginal
91	36	Un	Espéculo Anal
92	200	Un	Espéculo Nasal
93	200	Un	Alavanca Fórceps
94	150	Un	Fórceps Obstétrico
95	150	Un	Curetão
96	150	Un	Cureta Avulsa
97	500	Un	Histerômetro
98	36	Un	Válvula de Peso
99	60	Un	Supra Púlica Maleável
100	350	Un	Faixa Smartch 08 cm
101	150	Un	Faixa Smartch 10 cm
102	150	Un	Faixa Smartch 12 cm
103	150	Un	Faixa Smartch 15 cm
104	400	Un	Campo Cirúrgico Fenestrado P
105	400	Un	Campo Cirúrgico Fenestrado M
106	400	Un	Campo Cirúrgico Fenestrado G
107	1.000	Un	Campo Cirúrgico Avulso
108	1.200	Un	Campos Cirúrgico C/2
109	500	Un	Campo Cirúrgico C/3
110	700	Un	Campo para Unidade de Apoio ao Recém Nascido C/2
111	500	Un	Avental Cirúrgico Avulso
112	1.000	Un	Avental Cirúrgico C/ 2
113	1.500	Un	Impermeável
114	2.200	Un	Pacote Campo Operatório C/ 5 Unidades
115	3.000	Un	Pacote Gaze C/10 Unidades
116	300	Un	Algodão Ortopédico 12 cm
117	300	Un	Algodão Ortopédico 15 cm
118	300	Un	Algodão Ortopédico 20 cm



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 22 de 56

119	300	Un	Atadura crepe 10 cm individual
120	300	Un	Atadura crepe 12 cm individual
121	300	Un	Atadura crepe 15 cm individual
122	200	Un	Atadura crepe 20 cm individual
123	250	Un	Atadura Rayon
124	200	Un	Malha tubular 10 cm
125	500	Un	Fio de Kirschner
126	200	Un	Fio de aço olivado
127	300	Un	Fio de Steimann
128	120	Un	Fio de cerclagem
129	120	Un	Cânula Traqueostomia
130	250	Un	Cânulas Endotraqueal
131	12	Un	Camisa para Artroscopia
132	500	Un	Clampe Umbilical
133	150	Un	Tenta-Cânula
134	600	Un	Fio Guia Intubação
135	1.000	Un	Ambu Adulto
136	600	Un	Ambu Infantil/Neo
137	500	Un	Máscara de Nebulizador
138	8.000	Un	Inalador Avulso
139	1.000	Un	Traqueia Avulsa
140	800	Un	Umidificador de Oxigênio
141	800	Un	Umidificador de Ar Comprimido
142	500	Un	Espaçadores
143	150	Un	Respirômetro
144	1.000	Un	Máscara Reinalante
145	500	Un	Frasco Aspiração
146	1.000	Un	Frasco para Biópsia
147	500	Un	Conectores
148	1.000	Un	Extensão de oxigênio
149	500	Un	Guedel
150	120	Un	Alça Ressecção Uro
151	24	Un	Ótica Uro



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 23 de 56

152	120	Un	Guia da Uro
153	120	Un	Pinça Apreensão Grasper VDL
154	120	Un	Pinça Aspirador Irrigador VDL
155	120	Un	Agulha Verniz VDL
156	120	Un	Tesoura VDL
157	120	Un	Endoclipador VDL
158	120	Un	Pinça Biopsia VDL
159	24	Un	Agulha Aponeurose VDL
160	24	Un	Manipulador Uterino VDL
161	120	Un	Coletor de Urina

DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

O setor de contabilidade procedera com a liquidação da despesa em prazo não superior a 10 (dez dias) úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração.

O pagamento será efetuado pela tesouraria em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa.

Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente nesta prefeitura.

Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para o responsável pelo acompanhamento e recebimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Caso a CONTRATADA não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para liquidação será recontado, a partir da data da sua apresentação.

Conforme o protocolo ICMS 42/09, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes (Exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

Na emissão da nota fiscal de serviços (NFS-e) a contratada deverá destacar a retenção do ISS devido ao Município de Nova Odessa.

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

DO CONTRATO/PRAZO

Os serviços serão iniciados na data indicada pelo CONTRATANTE na respectiva ordem de serviço.

Forma e critérios de seleção do fornecedor e forma de fornecimento

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 24 de 56

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução

O regime de execução do objeto será por menor preço global.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando aplicável.

Licença e/ou Autorização de Funcionamento da empresa licitante expedido pela Vigilância Sanitária de seu Município de procedência, quando aplicável.

Regularidade Fiscal e Trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e/ou Municipal da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

Qualificação Técnica Operacional

Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante.

Qualificação econômico-financeira

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Estimativa de Preços

O custo estimado máximo da contratação é de R\$ 2.389.416,12 (dois milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e dezesseis reais e dose centavos).

Adequação Orçamentária

As despesas decorrentes deste certame correrão no presente exercício à conta da dotação orçamentária, conforme a seguir:

Unidade Orçamentaria; 02.07.01

Natureza da despesa 3.3.90.39.00;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 25 de 56

Vínculo 01.310.0000 Saúde Geral;

Classificação Funcional 10.302.0008.2.032.

Nova Odessa, 14 de novembro de 2024

Adriana Cristina Welsch Ferraz

Secretária de Saúde



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 26 de 56

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número da requisição de compra; RS 2214/2024

2. ÁREA REQUISITANTE

Quais as áreas requisitantes da contratação? Secretaria de Saúde

3. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Secretária de Saúde e Almojarifado da Secretaria de Saúde.

4. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP

A Constituição Federal, em seu artigo 6º define como direitos sociais o acesso à saúde, bem como determina em seu artigo 23 que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios” e, em seu inciso II: “Cuidar da saúde e assistência pública....”

Traz também na seção II, **DA SAÚDE**, no artigo 196 “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”; e no Artigo 198 “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade”

Para a correta aplicação do que preconiza a CF, foram elaboradas:

- Lei federal nº 8.080/1990 define em seu Art. 2º, §1º, que o “dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”;
- NR 32 que estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral.
- RDC 36/2013 que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências
- Lei federal 6.496/77 que dispõe sobre a obrigatoriedade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)
- A RDC 15/2012 define o Centro de Material e Esterilização (CME) e estabelece requisitos para o processamento de produtos para saúde.
- NR 7: Estabelece as diretrizes para o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 27 de 56

(PCMSO)

- NR 9: estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração e implementação do PPRA, considerando a antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais, decorrentes dos agentes químicos, físicos e biológicos

Vale lembrar que os materiais hospitalares ou similares devem possuir aderência a normas técnicas de saúde, ou seja:

- Possuir registro no Ministério da Saúde (ANVISA);
- Ser transportados por Transportadoras devidamente autorizadas pela ANVISA e Vigilância Sanitária competente, sendo que os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente), com controle de temperatura;
- Ser entregue em suas embalagens originais, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo e nas condições de temperatura exigida em rótulo;
- Deverão possuir laudo analítico-laboratorial (controle de qualidade), expedido pela empresa produtora e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) e entregues quando solicitados.
- Deverá observar no que couber, aderência as seguintes normas técnicas:
- Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013: Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências
- DECRETO FEDERAL 3.048/99, artigo 2º: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante política e sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- Resolução RE nº 2.606/2006 da ANVISA: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração, validação e implantação de protocolos de reprocessamento de produtos médicos e dá outras providências
- RDC N 91 DE 2008: estabelece normas para o uso de formaldeído e paraformaldeído em equipamentos de esterilização:
- NBR ISSO 15 659 DE 2009: é uma norma que especifica métodos e requisitos para a esterilização por vapor à baixa temperatura (VBTF) e com formaldeído.

Em relação a prazos e locais de entrega, esses requisitos constarão na oportunidade da elaboração do TR (Termo de referência).

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A esterilização de materiais hospitalares é essencial para garantir a segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde, pois é uma exigência normativa e uma prática crítica para prevenir a propagação de infecções.

A esterilização é um processo que elimina todos os tipos de microrganismos, como bactérias, vírus, esporos e fungos em equipamentos médicos e cirúrgicos além de garantir obediência às normas legais estabelecidas pela Anvisa, garante maior vida útil aos materiais médicos, economia e otimização de recursos. A falta de esterilização ou o processamento inadequado dos materiais pode



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 28 de 56

causar infecções graves, como hepatites B e C, e AIDS, ou até mesmo micoses, pode provocar outras patologias em pacientes e profissionais, expondo-os a situações de vulnerabilidade que possa transmitir as mais variadas doenças.

Sem a esterilização, os procedimentos médicos/ambulatoriais não podem ser executados.

Em geral, este procedimento é executado na Central de Materiais e Esterilização (CME) cuja função é o apoio técnico que garante que toda a unidade de saúde tenha acesso a materiais em quantidade e qualidade necessária para a execução dos procedimentos.

Como o funcionamento da CME depende de estrutura física específica, incluindo laudos de vigilância sanitária, e o Hospital de Nova Odessa não possui tal estrutura, optou pela terceirização a qual se mostrou eficaz e eficiente nos últimos anos.

O contrato atual expira-se em dezembro/2024, sendo assim, é impreterível novo processo licitatório.

6. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

As Secretarias de Administração e/ou Finanças elaboram plano anual, contudo, por tratar-se de serviço já empregado é crível que esteja.

7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Importante destacar que os serviços pretendidos pela Administração não contemplam especificações excessivas, desnecessárias ou irrelevantes que restrinjam a participação de potenciais interessados na licitação.

Os serviços de esterilização, com limpeza, desinfecção, preparo, esterilização, armazenamento e distribuição dos materiais, deverão observar as técnicas de assepsia indicadas para cada material, assegurado os níveis aceitáveis de esterilização indicados pela Organização Mundial de Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A esterilização de materiais termorresistentes deverá ser realizada por VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO E A ESTERILIZAÇÃO DOS MATERIAIS TERMOSENSÍVEIS POR VBTF (VAPOR A BAIXA TEMPERATURA E FORMALDEÍDO (RDC N 91 DE 2008 E NBR ISSO 15 659 DE 2009), óxido de etileno, (RDC – ANVISA Nº 91 de 2008 e NBR 15.659 de 2009) e conforme indicação do material de acordo com as regras da Vigilância.

Os materiais para saúde para serem enviados à empresa contratada terão que ser obrigatoriamente cadastrados na base de dados da Unidade Hospitalar, através de preenchimento por parte da empresa de ficha cadastral elaborada na forma do Art. 10 da Resolução RE nº 2.606/2006 da ANVISA, conforme formulário que será disponibilizado pela Empresa contratada.

Os materiais para saúde ao serem enviados para a empresa contratada deverão ser acondicionados para transporte em caixas plásticas contêiner, rígidas, fechadas e devidamente adequados às Normas de Biossegurança, por meio de Carro Transporte tecnicamente preparado para este fim específico. Com área suja para a coleta dos materiais e área limpa para entrada dos materiais esterilizados.

Da retirada de materiais sujos e entrega dos materiais esterilizados a cada 12 horas: Retirar duas vezes ao dia os materiais em todos os dias da semana (Segunda-feira; Terça-feira; Quarta-feira;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 29 de 56

Quinta-feira; Sábado e Domingo) e devolver esterilizado a cada 12 horas na Central de Material do Hospital Municipal de Nova Odessa.

A contratada deverá retirar material todos os dias da semana na Central de Material do Hospital Municipal de Nova Odessa e em outras dependências do Hospital determinado pelo gestor do contrato, e devolver em 12 horas, observar os prazos de coleta e devolução dos materiais, cumprindo os prazos pré-determinados, assim como identificar individualmente todos os materiais e a unidade de saúde de destino e do setor respectivo, fazendo-se grafar na embalagem o nome do material, a data de esterilização, lote e validade da esterilização e responsável pelo processo para cumprimento e eficácia da prestação de serviço.

Garantir a entrega do material na mesma quantidade enviada. Caso aconteça algum imprevisto com o material, enviar notificação de retido.

Utilizar embalagens em papel grau cirúrgico, ou SMS comprovadamente eficaz (mediante laudo técnico do fabricante) quanto à característica de penetração e exaustação DO AGENTE ESTERILIZANTE, E PRESERVAÇÃO DA integridade física DOS MATERIAIS e barreira microbiana. O papel grau cirúrgico deve conter a validade descrita na embalagem, assim como a marca após esterilização.

Proteger os materiais perfuro – cortantes com dupla embalagem e efetuar o seu fechamento por termo – selagem, de modo a assegurar a sua integridade e a do produto nela contido. Nos casos de abertura de selagem ou embalagem violada o material será devolvido para reprocessamento sem custo adicional. Todos os materiais pesados devem possuir duas embalagens.

Garantir o uso de indicador químico de acordo com ANVISA em todas as embalagens, indicando que o material passou pelo processo de esterilização.

Garantir na prestação de serviço o processo de cultura microbiológica, através de indicadores biológicos em todos os lotes de esterilização, mantendo esses registros à disposição da Contratante.

Emitir laudo de esterilização, junto aos materiais entregues e sempre que solicitado, determinando parâmetros utilizados a cada lote de esterilização, para arquivo e apresentação aos Órgãos de Vigilância Sanitária, quando assim exigidos.

O transporte de materiais esterilizados, deverão ser feitos dentro dos padrões estabelecidos pela vigilância sanitária.

Todos os custos adicionais com frete/transporte/retirada das peças será por conta da contratada.

Após a retirada do material, a contratada fica responsável pelos itens em caso de danos ou perdas.

Quando houver urgência, mediante solicitação do gestor contratual, devem ser retirados sem custo adicional a esta Secretaria.

Quando for constatado, por intermédio da área técnica da empresa contratada, que os materiais pertencentes a Unidade Hospitalar apresentarem condições impeditivas para os processos, isto é, produtos danificados, com ausência de pré-lavagem ou em estado de conservação precária por inúmeras reutilizações, a empresa contratada fará o encaminhamento de comunicação do fato à Unidade Hospitalar e, conseqüentemente, os citados produtos serão devolvidos no mesmo “estado” ou “condição” em que foram coletados.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 30 de 56

DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida subcontratação.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

O serviço a ser adquirido, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, têm os padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado e possuem natureza continuada, pois são serviços prestados pela Administração Pública, direta ou indiretamente, para a manutenção da saúde dos pacientes, atendendo assim, aos dispositivos legais supramencionados

Conforme capítulo V – Da duração dos contratos - da lei 14133/2021, o período de duração de contrato pode ser de 5 (cinco) anos e considerando a Saúde como área de natureza crítica, sugerimos a possibilidade de renovação caso os critérios estabelecidos na lei sejam cumpridos.

Considerando a atual demanda, segue abaixo quadro especificado

Item	Quantidade Anual	Unidade	Descrição
1	250	Un	Caixa Parto Cesárea
2	200	Un	Caixa Parto Normal
3	300	Un	Caixa Pequenos Fragmentos Nº 3,5
4	200	Un	Caixa Grandes Fragmentos Nº 4,5
5	50	Un	Caixa DHS/DCS
6	250	Un	Caixa Curetagem
7	36	Un	Caixa Revisão de Colo
8	350	Un	Caixa Básica
9	36	Un	Caixa Histerectomia
10	50	Un	Caixa Laparotomia
11	60	Un	Caixa Odontologia
12	60	Un	Caixa Dermatologia
13	50	Un	Caixa Colectomia
14	300	Un	Caixa Pequena Cirurgia
15	200	Un	Caixa Vasectomia
16	36	Un	Caixa Postectomia
17	50	Un	Caixa Haste Bloqueada de Fêmur
18	100	Un	Caixa Haste Bloqueada de Tíbia
19	36	Un	Caixa Parafuso Canulado 3,5
20	50	Un	Caixa Parafuso Canulado 4,5
21	60	Un	Caixa Parafuso Canulado 7,0



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 31 de 56

22	200	Un	Caixa Tubo a Tubo Ortopedia
23	24	Un	Caixa de Minimicro Fragmentos
24	200	Un	Caixa Material Pesado Ortopedia
25	300	Un	Perfurador Pneumático
26	36	Un	Serra Pneumática
27	200	UN	Jogo de Vela Hegar
28	5.000	Un	Kit sutura
29	400	Un	Kit Instrumental DIU
30	24	Un	Kit Cateterismo Umbilical
31	350	Un	Kit Cateterismo Vesical
32	36	Un	Kit Artroscopia
33	400	Un	KIT Bandeja Intracath
34	250	Un	Kit Retirada de Pontos
35	250	Un	Kit Venturi (máscara + corrugada)
36	2.000	Un	Kit Inalação Completo
37	100	Un	Serra de Gigue
38	150	Un	Sistema de Drenagem (Tórax, Portovac, Kehr e Penrose)
39	1.000	Un	Circuito Completo de Respirador Adulto
40	120	Un	Circuito Completo de Respirador Infantil
41	1.000	Un	Bandeja Anestesia
42	1.500	Un	Tesoura Cirúrgicas
43	500	Un	Pinça Kelly
44	500	Un	Pinça Dente de Rato
45	300	Un	Pinça Backaus
46	500	Un	Pinça Cherron
47	500	Un	Pinça Anatômica
48	300	Un	Pinça Pozzi
49	350	Un	Pinça de Biópsia
50	120	UN	Pinça Hartman
51	120	Un	Pinça Retirada de Pólipo
52	100	Un	Pinça Debex
53	150	Un	Pinça de Osso



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 32 de 56

54	1.000	Un	Pinças avulsas diversas
55	300	UN	Cabo de Bisturi
56	150	Un	Instrumental Dr Miguel
57	120	Un	Alça ressecção
58	30	Un	Abridor de Boca
59	50	Un	Estribo P, M e G
60	150	Un	Rugina
61	60	Un	Descolador de Osso
62	150	Un	Saca-bocado
63	200	Un	Formão
64	120	Un	Chave ortopedia individual
65	120	Un	Martelo
66	300	Un	Alicate de pressão
67	100	Un	Alicate P
68	150	Un	Alicate M (Bernardinho)
69	100	Un	Alicate G (Bernardão)
70	36	Un	Régua
71	200	Un	Broca
72	250	UN	Chave Ortopedia
73	250	UN	Chave Combinada
74	100	Un	Lima
75	200	Un	Afastador Ortopédico
76	500	Un	Afastadores P -M -G
77	60	Un	Afastador Gosset
78	150	Un	Afastador Doyan P - M
79	120	Un	Agulha de vascular
80	50	Un	Agulheiro
81	1.000	Un	Caneta Cautério
82	500	Un	Caneta Bipolar
83	800	Un	Manopla
84	50	Un	Bico de Aspirador
85	50	Un	Seringa de Vidro
86	50	Un	Frasco de Vácuo de Vidro



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 33 de 56

87	200	Un	Bacia
88	250	Un	Cuba Rim
89	200	Un	Cuba Redonda
90	1.000	Un	Espéculo Vaginal
91	36	Un	Espéculo Anal
92	200	Un	Espéculo Nasal
93	200	Un	Alavanca Fórceps
94	150	Un	Fórceps Obstétrico
95	150	Un	Curetão
96	150	Un	Cureta Avulsa
97	500	Un	Histerômetro
98	36	Un	Válvula de Peso
99	60	Un	Supra Púlica Maleável
100	350	Un	Faixa Smartch 08 cm
101	150	Un	Faixa Smartch 10 cm
102	150	Un	Faixa Smartch 12 cm
103	150	Un	Faixa Smartch 15 cm
104	400	Un	Campo Cirúrgico Fenestrado P
105	400	Un	Campo Cirúrgico Fenestrado M
106	400	Un	Campo Cirúrgico Fenestrado G
107	1.000	Un	Campo Cirúrgico Avulso
108	1.200	Un	Campos Cirúrgico C/2
109	500	Un	Campo Cirúrgico C/3
110	700	Un	Campo para Unidade de Apoio ao Recém Nascido C/2
111	500	Un	Avental Cirúrgico Avulso
112	1.000	Un	Avental Cirúrgico C/ 2
113	1.500	Un	Impermeável
114	2.200	Un	Pacote Campo Operatório C/ 5 Unidades
115	3.000	Un	Pacote Gaze C/10 Unidades
116	300	Un	Algodão Ortopédico 12 cm
117	300	Un	Algodão Ortopédico 15 cm
118	300	Un	Algodão Ortopédico 20 cm



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 34 de 56

119	300	Un	Atadura crepe 10 cm individual
120	300	Un	Atadura crepe 12 cm individual
121	300	Un	Atadura crepe 15 cm individual
122	200	Un	Atadura crepe 20 cm individual
123	250	Un	Atadura Rayon
124	200	Un	Malha tubular 10 cm
125	500	Un	Fio de Kirschner
126	200	Un	Fio de aço olivado
127	300	Un	Fio de Steimann
128	120	Un	Fio de cerclagem
129	120	Un	Cânula Traqueostomia
130	250	Un	Cânulas Endotraqueal
131	12	Un	Camisa para Artroscopia
132	500	Un	Clampe Umbilical
133	150	Un	Tenta-Cânula
134	600	Un	Fio Guia Intubação
135	1.000	Un	Ambu Adulto
136	600	Un	Ambu Infantil/Neo
137	500	Un	Máscara de Nebulizador
138	8.000	Un	Inalador Avulso
139	1.000	Un	Traqueia Avulsa
140	800	Un	Umidificador de Oxigênio
141	800	Un	Umidificador de Ar Comprimido
142	500	Un	Espaçadores
143	150	Un	Respirômetro
144	1.000	Un	Máscara Reinalante
145	500	Un	Frasco Aspiração
146	1.000	Un	Frasco para Biópsia
147	500	Un	Conectores
148	1.000	Un	Extensão de oxigênio
149	500	Un	Guedel
150	120	Un	Alça Ressecção Uro
151	24	Un	Ótica Uro



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 35 de 56

152	120	Un	Guia da Uro
153	120	Un	Pinça Apreensão Grasper VDL
154	120	Un	Pinça Aspirador Irrigador VDL
155	120	Un	Agulha Verniz VDL
156	120	Un	Tesoura VDL
157	120	Un	Endoclipador VDL
158	120	Un	Pinça Biopsia VDL
159	24	Un	Agulha Aponeurose VDL
160	24	Un	Manipulador Uterino VDL
161	120	Un	Coletor de Urina

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Trata-se de serviço de esterilização e reprocessamento de produtos médicos regulamentados conforme descritos no item 4 deste e massivamente disponível no mercado basicamente em 3 métodos.

Reprocessamento próprio, ou seja, a própria unidade de saúde construir local, disponibilizar equipe técnica e insumos para o processamento, o que Nova Odessa não dispõe considerando as normas regulamentares e dificuldades técnicas de implementação e custos com contratação direta de funcionários que, considerando o orçamento atual, não é compatível em fase a lei 101/2000.

Há a possibilidade de adquirir equipamentos descartáveis, porém se mostra ineficiente porque há cirurgias que demandam até 5 kits completos de materiais e, as pinças, portas-agulhas e afins não apresentam precisão nos movimentos durante o uso, segundo avaliação da equipe médica. Além do custo de investimento, espaço de armazenamento e toda logística envolvida, bem como o descarte adequado que também é pago pela municipalidade.

Há possibilidade de realizar a atividade por meio de empresa terceirizada cujo serviço seja executado na sede da empresa, a qual dispensa para a municipalidade a disponibilidade de equipe técnica, insumos e salas específicas além de não aumentar os custos com descartes de materiais. Esta modalidade é atualmente utilizada por se mostrar vantajosamente mais apropriada.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O contrato atual tem como preço global R\$ 2.389.416,12. Para melhor análise é indispensável nova cotação com a tabela de materiais e quantitativos dispostos acima.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 36 de 56

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Diante do exposto no item 5 – Descrição da necessidade, bem como as legislações dispostas no item 4, é imperativo que os materiais utilizados em procedimentos cirúrgicos sejam devidamente processados e esterilizados, tanto por força de normas e leis quanto visando a segurança do paciente e da equipe técnica, dirimindo assim, possibilidade de transmissão de doenças por atuação com equipamentos em desconformidade, sendo assim, a solução como um todo é garantir a saúde do paciente de forma mais eficaz e eficiente e preservando a saúde da equipe técnica.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando se tratar de serviço contínuo, haverá parcelamento, uma vez que ocorrerá conforme necessidade de esterilização dos materiais utilizados.

O contrato atual fora dividido o preço global em 12 meses, desta forma, não há variação de valores e não haverá limites mensais de serviço, apenas o quantitativo global que será controlado conforme demanda.

- O método de avaliação contemplará o cumprimento às normas supracitadas e atestado de capacidade técnica.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos é a prestação do serviço de saúde de forma eficaz e eficiente cumprindo com o disposto no item 1 deste e solucionar os apontamentos dispostos no item 5.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Certame ocorrer de forma célere.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há necessidade de contratações/aquisições correlatas e/ou interdependentes



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 37 de 56

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Considerando que todo o processo de esterilização e reprocessamento ocorrerá na sede da contratada e que, para funcionamento é obrigatório o cumprimento das normas acima, normas estas que já preconizam a sustentabilidade, não há outra ação da contratante a não ser a fiscalização do contrato e da prestação do serviço.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Restou demonstrado a importância da avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas, opina-se pela escolha do critério de julgamento técnica e preço, sendo assim, é declarado VIÁVEL a contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Nova Odessa, 09 de dezembro de 2024.

Adriana Cristina Welsh Ferraz
Secretária de Saúde



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 38 de 56

ANEXO III

PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA

Pregão Eletrônico nº 05/2025

Processo nº. 12/2025

DADOS DO LICITANTE			
Denominação:			
Endereço:			
CEP:	Fone:	Fax:	
E-mail:		CNPJ:	

Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação da licitante neste certame.

Item	Especificação	Qde	Vr. Mensal.	Vr. Total Anual
01	ESTERILIZAÇÃO DE PEÇAS CIRÚRGICAS.	12 MESES		

Item	Quantidade Anual	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	250	Un	Caixa Parto Cesárea		
2	200	Un	Caixa Parto Normal		
3	300	Un	Caixa Pequenos Fragmentos Nº 3,5		
4	200	Un	Caixa Grandes Fragmentos Nº 4,5		
5	50	Un	Caixa DHS/DCS		
6	250	Un	Caixa Curetagem		
7	36	Un	Caixa Revisão de Colo		
8	350	Un	Caixa Básica		
9	36	Un	Caixa Histerectomia		
10	50	Un	Caixa Laparotomia		
11	60	Un	Caixa Odontologia		



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 39 de 56

12	60	Un	Caixa Dermatologia		
13	50	Un	Caixa Colectistectomia		
14	300	Un	Caixa Pequena Cirurgia		
15	200	Un	Caixa Vasectomia		
16	36	Un	Caixa Postectomia		
17	50	Un	Caixa Haste Bloqueada de Fêmur		
18	100	Un	Caixa Haste Bloqueada de Tíbia		
19	36	Un	Caixa Parafuso Canulado 3,5		
20	50	Un	Caixa Parafuso Canulado 4,5		
21	60	Un	Caixa Parafuso Canulado 7,0		
22	200	Un	Caixa Tubo a Tubo Ortopedia		
23	24	Un	Caixa de Minimicro Fragmentos		
24	200	Un	Caixa Material Pesado Ortopedia		
25	300	Un	Perfurador Pneumático		
26	36	Un	Serra Pneumática		
27	200	UN	Jogo de Vela Hegar		
28	5.000	Un	Kit sutura		
29	400	Un	Kit Instrumental DIU		
30	24	Un	Kit Cateterismo Umbilical		
31	350	Un	Kit Cateterismo Vesical		
32	36	Un	Kit Artroscopia		
33	400	Un	KIT Bandeja Intracath		
34	250	Un	Kit Retirada de Pontos		
35	250	Un	Kit Venturi (máscara + corrugada)		
36	2.000	Un	Kit Inalação Completo		
37	100	Un	Serra de Gigue		
38	150	Un	Sistema de Drenagem (Tórax, Portovac, Kehr e Penrose)		
39	1.000	Un	Circuito Completo de Respirador Adulto		



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 40 de 56

40	120	Un	Circuito Completo de Respirador Infantil		
41	1.000	Un	Bandeja Anestesia		
42	1.500	Un	Tesoura Cirúrgicas		
43	500	Un	Pinça Kelly		
44	500	Un	Pinça Dente de Rato		
45	300	Un	Pinça Backaus		
46	500	Un	Pinça Cherron		
47	500	Un	Pinça Anatômica		
48	300	Un	Pinça Pozzi		
49	350	Un	Pinça de Biópsia		
50	120	UN	Pinça Hartman		
51	120	Un	Pinça Retirada de Pólipo		
52	100	Un	Pinça Debex		
53	150	Un	Pinça de Osso		
54	1.000	Un	Pinças avulsas diversas		
55	300	UN	Cabo de Bisturi		
56	150	Un	Instrumental Dr Miguel		
57	120	Un	Alça ressecção		
58	30	Un	Abridor de Boca		
59	50	Un	Estribo P, M e G		
60	150	Un	Rugina		
61	60	Un	Descolador de Osso		
62	150	Un	Saca-bocado		
63	200	Un	Formão		
64	120	Un	Chave ortopedia individual		
65	120	Un	Martelo		
66	300	Un	Alicate de pressão		
67	100	Un	Alicate P		
68	150	Un	Alicate M (Bernardinho)		



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 41 de 56

69	100	Un	Alicate G (Bernardão)		
70	36	Un	Régua		
71	200	Un	Broca		
72	250	UN	Chave Ortopedia		
73	250	UN	Chave Combinada		
74	100	Un	Lima		
75	200	Un	Afastador Ortopédico		
76	500	Un	Afastadores P -M -G		
77	60	Un	Afastador Gosset		
78	150	Un	Afastador Doyan P - M		
79	120	Un	Agulha de vascular		
80	50	Un	Agulheiro		
81	1.000	Un	Caneta Cautério		
82	500	Un	Caneta Bipolar		
83	800	Un	Manopla		
84	50	Un	Bico de Aspirador		
85	50	Un	Seringa de Vidro		
86	50	Un	Frasco de Vácuo de Vidro		
87	200	Un	Bacia		
88	250	Un	Cuba Rim		
89	200	Un	Cuba Redonda		
90	1.000	Un	Espéculo Vaginal		
91	36	Un	Espéculo Anal		
92	200	Un	Espéculo Nasal		
93	200	Un	Alavanca Fórceps		
94	150	Un	Fórceps Obstétrico		
95	150	Un	Curetão		
96	150	Un	Cureta Avulsa		
97	500	Un	Histerômetro		



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 42 de 56

98	36	Un	Válvula de Peso		
99	60	Un	Supra Púlica Maleável		
100	350	Un	Faixa Smartch 08 cm		
101	150	Un	Faixa Smartch 10 cm		
102	150	Un	Faixa Smartch 12 cm		
103	150	Un	Faixa Smartch 15 cm		
104	400	Un	Campo Cirúrgico Fenestrado P		
105	400	Un	Campo Cirúrgico Fenestrado M		
106	400	Un	Campo Cirúrgico Fenestrado G		
107	1.000	Un	Campo Cirúrgico Avulso		
108	1.200	Un	Campos Cirúrgico C/2		
109	500	Un	Campo Cirúrgico C/3		
110	700	Un	Campo para Unidade de Apoio ao Recém Nascido C/2		
111	500	Un	Avental Cirúrgico Avulso		
112	1.000	Un	Avental Cirúrgico C/ 2		
113	1.500	Un	Impermeável		
114	2.200	Un	Pacote Campo Operatório C/ 5 Unidades		
115	3.000	Un	Pacote Gaze C/10 Unidades		
116	300	Un	Algodão Ortopédico 12 cm		
117	300	Un	Algodão Ortopédico 15 cm		
118	300	Un	Algodão Ortopédico 20 cm		
119	300	Un	Atadura crepe 10 cm individual		
120	300	Un	Atadura crepe 12 cm individual		
121	300	Un	Atadura crepe 15 cm individual		
122	200	Un	Atadura crepe 20 cm individual		
123	250	Un	Atadura Rayon		
124	200	Un	Malha tubular 10 cm		
125	500	Un	Fio de Kirschner		



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 43 de 56

126	200	Un	Fio de aço olivado		
127	300	Un	Fio de Steimann		
128	120	Un	Fio de cerclagem		
129	120	Un	Cânula Traqueostomia		
130	250	Un	Cânulas Endotraqueal		
131	12	Un	Camisa para Artroscopia		
132	500	Un	Clampe Umbilical		
133	150	Un	Tenta-Cânula		
134	600	Un	Fio Guia Intubação		
135	1.000	Un	Ambu Adulto		
136	600	Un	Ambu Infantil/Neo		
137	500	Un	Máscara de Nebulizador		
138	8.000	Un	Inalador Avulso		
139	1.000	Un	Traqueia Avulsa		
140	800	Un	Umidificador de Oxigênio		
141	800	Un	Umidificador de Ar Comprimido		
142	500	Un	Espaçadores		
143	150	Un	Respirômetro		
144	1.000	Un	Máscara Reinalante		
145	500	Un	Frasco Aspiração		
146	1.000	Un	Frasco para Biópsia		
147	500	Un	Conectores		
148	1.000	Un	Extensão de oxigênio		
149	500	Un	Guedel		
150	120	Un	Alça Ressecção Uro		
151	24	Un	Ótica Uro		
152	120	Un	Guia da Uro		
153	120	Un	Pinça Apreensão Grasper VDL		
154	120	Un	Pinça Aspirador Irrigador VDL		



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 44 de 56

155	120	Un	Agulha Verniz VDL		
156	120	Un	Tesoura VDL		
157	120	Un	Endoclípador VDL		
158	120	Un	Pinça Biopsia VDL		
159	24	Un	Agulha Aponeurose VDL		
160	24	Un	Manipulador Uterino VDL		
161	120	Un	Coletor de Urina		

1- Prazo de início da execução do objeto: não superior a 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da ordem de serviços.

2- Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias contados da sessão pública de processamento do pregão.

3- Local de execução do objeto: município de Nova Odessa.

DECLARO, sob as penas da lei, que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas neste edital.

DECLARO que os preços acima indicados contemplam todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Nova Odessa, em ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: _____

RG do representante legal: _____

CPF do representante legal: _____



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 45 de 56

ANEXO IV

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), participante do PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/25, da Prefeitura de Nova Odessa, **DECLARO**, sob as penas da lei:

- a) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital de licitação;
- b) A empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) **Para microempresas ou empresas de pequeno porte:** a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- e) **Para o caso de empresas em recuperação judicial:** está ciente de que no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- f) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento da Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

Nova Odessa, em ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: _____

RG do representante legal: _____

CPF do representante legal: _____



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 46 de 56

ANEXO V

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Nome da Empresa Proponente
Endereço completo
CNPJ
Inscrição Estadual e/ou Municipal

Pregão Eletrônico nº 05/2025.
Processo nº. 12/2025.

Pelo presente, informamos o representante legal com poderes para a assinatura do Contrato Administrativo desta licitação, bem como os dados da conta bancária para respectivos pagamentos:

Representante Legal:

Nome completo:
Cargo:
E-mail corporativo:
Residente domiciliado em:
RG:
CPF:

Informação Bancária:

Nome do Banco:
Agência:
Conta Corrente:

Advogado:
(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Nova Odessa, ____ de _____ de 2025.

Representante Legal da Proponente

Nome:
RG:
CPF:



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 47 de 56

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Nome da Empresa Proponente

Endereço completo

CNPJ

Inscrição Estadual e/ou Municipal

Pregão Eletrônico nº 05/2025.

Processo nº. 12/2025

Declaro sob as penas da lei que:

a) Para o caso de empresas em recuperação judicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá ser apresentada cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

b) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá ser apresentada comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

Nova Odessa, em ____ de _____ de 2025.

Representante Legal da Proponente

Nome:

RG:

CPF:

(SOMENTE SE ESTIVER EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL)



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 48 de 56

ANEXO VII

Minuta para o **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. _____ / 2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA E A EMPRESA XXXXX.**

Contratante:	MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA
Contratada:	
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ESTERILIZAÇÃO DE PEÇAS CIRÚRGICAS.
Licitação:	Pregão Eletrônico nº 05/2025.
Requisição:	Nº 2214/2024.
Processo:	Nº 12/2025.

O **MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA**, inscrito no CNPJ (MF) sob nº 45.781.184/0001-02, isento de Inscrição Estadual, com sede na Avenida João Pessoa, 777, Centro, Nova Odessa/SP, neste ato representado pela Secretária de Saúde, senhora Adriana Cristina Welsch Ferraz, RG nº 16.335.918-0 e CPF nº 067.742.748-46, conforme delegação de competência fixada pela portaria 104/2024, doravante designado **CONTRATANTE**; e, de outro lado a empresa xxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxx com sede na xxxxxx, CEP: xxxxx, telefone: xxxxxx, e-mail: xxxxx, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo(a) senhor(a) xxxx, RG nº xxxxx e do CPF nº xxxxx, na qualidade de vencedora do PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 4.761, de 29 de janeiro de 2024, firmam o presente contrato em face do Processo Administrativo nº 12/2025 o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ESTERILIZAÇÃO DE PEÇAS CIRÚRGICAS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Qde	Vr. Mensal.	Vr. Total Anual
01	ESTERILIZAÇÃO DE PEÇAS CIRÚRGICAS.	12 MESES		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 49 de 56

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS [\(art. 92, IV, VII e XVIII\)](#)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO [\(art. 92, V\)](#)

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO [\(art. 92, V e VI\)](#)

6.1. O setor de contabilidade procedera com a liquidação da despesa em prazo não superior a 10 (dez dias) úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração.

6.2. O pagamento será efetuado pela tesouraria em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa.

6.3. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

6.3.1. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente nesta prefeitura.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 50 de 56

6.4. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à DETENTORA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para o responsável pelo acompanhamento e recebimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.4.1. Caso a DETENTORA não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para liquidação será recontado, a partir da data da sua apresentação.

6.5. Conforme o protocolo ICMS 42/09, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes (Exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

6.6. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/11/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 51 de 56

execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 52 de 56

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021](#);

9.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021](#);



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 53 de 56

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por uma das modalidades exigidas no inciso I do § 1º do artigo 96 da Lei 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do ano de 2025, na dotação abaixo discriminada:

12.1.1. Dotação 254;

12.1.2 Natureza da despesa 3.3.90.39.00;

12.1.3 Vínculo 01.310.0000 Saúde Geral;

12.1.4 Classificação Funcional 10.302.0008.2.032.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 54 de 56

necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021](#), e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro de Nova Odessa para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Nova Odessa, de de 2025

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 55 de 56

ANEXO VIII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATANTE: Município de Nova Odessa

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ESTERILIZAÇÃO DE PEÇAS CIRÚRGICAS.**

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

SECRETARIA DE SAÚDE

SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Página 56 de 56

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.